



Princípios-chave para o próximo Parlamento Europeu: A coesão social e a redução da pobreza e das desigualdades sociais têm que ser prioridades máximas para a UE!

O fracasso da actual abordagem europeia

O domínio das políticas competitivas e neo-liberais mergulharam a UE na pior crise económico-financeira e socio-política desde os anos 30. A consequência inevitável é o aumento da pobreza e da exclusão social: trabalhadores que perdem os seus empregos, pessoas com rendimentos baixos que perdem as suas casas ou que simplesmente não conseguem ter acesso à habitação. Os desempregados encontram-se ainda mais afastados do mercado de trabalho, as famílias sobreendividam-se e as prestações sociais das pessoas em situação de pobreza correm o risco de serem reduzidas ou até congeladas. Em resposta à crise, os governos da UE estão a implementar planos anti-crise, disponibilizando somas astronómicas de liquidez para as instituições financeiras. Mas a que custo? **E será que os milhares investidos responderão às necessidades dos europeus?**

O actual modelo económico-financeiro, sustentado pela Estratégia Europeia de Lisboa, privilegia os mercados em detrimento dos direitos sociais e das preocupações ambientais. Neste modelo encontravam-se, frequentemente e a qualquer preço, as temáticas “do crescimento e do emprego”, comprometendo assim os compromissos sociais assumidos e agravando a pobreza. Este modelo não conseguiu colocar “o bem comum” no centro das acções da UE. A União Europeia tem privilegiado a liberalização e a desregulamentação dos mercados, em vez de favorecer estratégias que alcancem a equidade, a justiça social e a redução da pobreza e das desigualdades sociais na Europa e no mundo.

A EAPN lança um apelo para um novo começo

O novo Parlamento Europeu, representante dos interesses de todos os europeus, terá a grande responsabilidade de planear e implementar uma estratégia europeia global que irá substituir a actual estratégia de Lisboa. Contudo, o Parlamento deverá responder às necessidades dos cidadãos e à crise actual. A sua resposta não pode ser a mesma!

Consideram-se a globalização, as mudanças climáticas, o relançamento económico e as mudanças demográficas como os maiores desafios da UE. Com 78 milhões de pessoas a viverem na pobreza e as crescentes desigualdades sociais que se registam dentro e fora da UE, existe um

sentimento crescente de precariedade e de ansiedade que atinge, cada vez mais, grupos e pessoas. A UE deve abordar urgentemente estes receios e estas angústias. **A coesão social, incluindo a luta contra a pobreza e as desigualdades sociais e uma distribuição mais justa da riqueza dentro e fora da EU, deve ser considerada como um dos principais desafios que a UE deverá enfrentar.** A UE deverá tornar-se o motor do desenvolvimento social e sustentável e o Parlamento Europeu deverá encontrar-se na linha da frente para realizar esta mudança.

Os membros do Parlamento Europeu deverão desempenhar um papel primordial de “ponte de ligação” entre as instituições europeias e os eleitores. A EAPN pede a todos os que se candidatem às eleições europeias que atendam a estes 10 princípios. Entretanto, seguiremos com atenção as posições eleitorais que se irão tomar a nível nacional e europeu, e far-nos-emos ouvir.

Dez princípios para colocar a luta contra a pobreza no centro da agenda europeia

1) Tornar a coesão social, a luta contra a pobreza e as desigualdades sociais, bem como a promoção da equidade a nível mundial, em prioridades claramente europeias e em pilares específicos de uma estratégia de Lisboa integrada, social e sustentável para o pós-2010. O plano de relançamento económico deveria contribuir para a consolidação desta prioridade.

2) Definir e monitorizar os objectivos nacionais e europeus para a redução da pobreza e das desigualdades sociais no quadro **de uma estratégia europeia de luta contra a pobreza mais visível.** Esta estratégia deveria conter medidas específicas para combater tanto as formas mais extremas de pobreza como a pobreza relativa, de modo a garantir uma sociedade mais equitativa. Esta estratégia deverá apoiar-se num Método Aberto de Coordenação aplicado a uma inclusão social e à protecção social reforçado, bem como no *follow-up* da recomendação da Comissão sobre a inclusão activa.

3) Estabelecer níveis para uma governação activa nos processos de decisão a nível nacional e europeu e garantir a implicação das ONG activas na luta contra a pobreza, assim como a participação das pessoas em situação de pobreza na elaboração, implementação e avaliação de todas as políticas que têm um impacto na pobreza e na exclusão social.

4) Progredir na elaboração de um quadro europeu que respeite as normas sociais elevadas e que garanta uma vida decente para todos. A elaboração de uma directiva-quadro sobre os mecanismos de um rendimento mínimo adequado, enquanto fio condutor da recomendação da Comissão Europeia sobre a inclusão activa, seria um importante passo na definição deste quadro.

5) Garantir o acesso de todos a serviços de qualidade economicamente aceitáveis, incluindo os serviços sociais, educativos, os serviços de cuidados à infância, de saúde, de habitação, de transporte, de energia e de água. As características específicas destes serviços de interesse geral deveriam ser respeitadas pela legislação europeia, tornando-se indispensável avaliar o impacto da privatização e da liberalização destes serviços na coesão social, na pobreza e nas desigualdades sociais.

6) Repor o compromisso de « um emprego decente e de qualidade » no centro da Estratégia Europeia para o Emprego, através de uma análise das causas do aumento do número de trabalhadores pobres e das vantagens que apresentariam rendimentos adequados, como base de um crescimento sustentável. O objectivo seria encorajar a criação «de empregos verdes e sociais» que permitiriam combater as mudanças climáticas, colmatar as falhas do mercado, apoiar o relançamento económico e oferecer uma quantidade satisfatória de empregos estáveis e de qualidade.

7) Apoiar a economia social e o empreendedorismo inclusivo, enquanto instrumentos importantes na criação de empregos inclusivos, e ajudar concretamente as pessoas que se encontram mais afastadas do mercado social de emprego. Entretanto, há que assegurar que este objectivo vem incluído nas políticas europeias para o emprego e preferivelmente como um objectivo específico das despesas dos fundos estruturais europeus.

8) Consolidar a legislação europeia de luta contra as discriminações, incluindo a luta contra a discriminação em função da origem social, e implementar melhores sistemas de garantia de aplicação da legislação existente e de promoção de políticas e de medidas pró-activas de luta contra todas as formas de discriminação.

9) Integrar transversalmente a temática da luta contra a pobreza em todas as políticas através de avaliações eficazes e participativas do impacto social, envolvendo todos os *stakeholders*. Dever-se-ia dar prioridade a uma avaliação do impacto nas políticas fiscais no que se refere à acumulação e à distribuição desigual das riquezas. Para que os cidadãos possam ter uma ideia do progresso alcançado, seria pertinente definir um indicador de progresso que reflectisse o bem-estar social e ambiental e que não se limitasse ao progresso registado pelo PIB.

10) 2010 será o ano dedicado à luta contra a pobreza e a exclusão social: os deputados europeus poderiam desempenhar o papel de embaixadores do ano; estes poderiam, assim, dar a esta temática uma maior visibilidade durante o primeiro ano de vida das instituições europeias renovadas.